

Resenha:¹

título: Política - partido, representação e sufrágio -- a polêmica entre Alain Badiou (Prof. Universidade Paris VII) e Ronald Rocha (Sociólogo, membro do diretório nacional do PT, da Editoria da *Praxis* e do Conselho de Colaboradores da *Crítica Marxista*).

editora: Projeto.

data: Belo Horizonte, 1995

páginas: 155

Introdução: Célio Garcia

«Política - partido, representação e sufrágio -- a polêmica entre Alain Badiou e Ronald Rocha» dificilmente poderia ser publicado em momento mais oportuno. O conjunto de conferências, artigos e entrevistas que contém aborda uma questão decisiva para a complexa tarefa de constituição de uma praxis revolucionária neste final de século. Concebendo por praxis revolucionária aquela que acumule forças para a superação da ordem burguesa -- com todos os problemas de uma tal concepção -- Alain Badiou e Ronald Rocha se propõem a investigar as condições para que um telos revolucionário hoje se objetive numa praxis revolucionária.

Para Alain Badiou, a condição *sine qua non* seria o reconhecimento de que o *locus* da praxis revolucionária é externa ao Estado, já que toda disputa institucional, acima de tudo as eleições, seriam apenas mediações na domesticação dos impulsos revolucionários até que sejam enquadrados nos horizontes burgueses predominantes. Para o autor francês, «A subordinação da política ao Estado é uma subordinação de princípio»(pg. 21) e, por isso, a partir do momento em que a esquerda assumiu «os encargos do Estado, a lógica própria do Estado levou a melhor, de um jeito total, de maneira absoluta»(pg. 33), sobre os impulsos revolucionários. Os movimentos populares e a política emancipatória se amoldaram à ordem estatal vigente, pois «As eleições são um momento de organização da ordem que, afinal de contas, é a ordem do Estado(...)»(pg. 67).

¹ Publicado em *Crítica Marxista*, voll, n. 3, p. 169-70, Ed. Brasiliense, 1996.

Esta recusa da luta institucional se articula, em Badiou, com uma crítica radical da representação política. Como, segundo ele, a política é uma esfera que possui seus fundamentos em si própria, e como o desenvolvimento histórico não é portador de uma racionalidade imanente («não há história»), a representação política é necessariamente um processo de castração dos impulsos revolucionários «da base» e de reafirmação dos desígnios conservadores da política predominante (pgs. 69-70). Estas concepções são os fundamentos da tese de Badiou de que a efetivação de uma praxis revolucionária passa pela elaboração de uma nova teoria do fazer político que, ao mesmo tempo, possibilite aos sujeitos escaparem das arapucas institucionais-eleitorais e evite que os revolucionários sejam seduzidos pela lógica burocrática-administrativa que perpassa a democracia burguesa. Uma «política livre (...) tem que se destacar do Estado, distanciar-se» (pg. 33) e anunciar um projeto de ruptura não violento centrado na idéia de que «o Estado viria a desaparecer, mas que conservaria tal idéia organizando-a diretamente, sem passar pela figura do próprio Estado.»(pg. 28)

Ronald Rocha pondera que essas concepções «acabam negando um dos principais instrumentos de que os trabalhadores dispõem para se contrapor à exploração e à opressão do capital. Deixam o monopólio da partidarização dos indivíduos nas mãos das forças conservadoras.»(pg. 47) Este é o terreno escolhido por Ronald Rocha para se contrapor ao pensador francês: ao se afastar da luta, necessariamente política, pelo poder do Estado, Badiou deixaria aberto à burguesia a disputa pelo poder, já que não há política fora da disputa pelo Estado. «Retire-se o Estado da política, e o que sobraria? O Estado é um órgão político *par excellence*. Não o considerar como tal transparece um preconceito em relação à disputa em nível do poder. Trata-se da idéia de um fazer político, não independente do Estado, mas indiferente à realidade.»(pg. 53)

Ronald Rocha descarta a hipótese -- por absurda -- de que as disputas eleitorais burguesas jamais poderiam ser portadoras de um conteúdo revolucionário, mas isto não o conduz à tese segundo a qual seriam elas a única e exclusiva mediação da praxis revolucionária. Segundo ele, «O Estado é de fato um limite da emancipação política, mas um limite político e não supra-político (...). O exercício do poder é sempre uma praxis política e desse "sortilégio" não há fuga possível, a não ser no abstencionismo.»(pg. 53) As concepções de Badiou conduzem, segundo Rocha, ao combate à «partidarização da militância socialista e ao elogio ao abstencionismo nos processos eleitorais, ambos como

dogmas.»(pg. 54) Se a via institucional conduz «à reprodução da hegemonia burguesa», a alternativa revolucionária estaria na organização de «partidos socialistas e de ver na participação parlamentar um elemento político subordinado à estratégia revolucionária global»(pg. 54) -- e não no «abstencionismo».

As sucessivas derrotas eleitorais da esquerda brasileira parecem hoje conduzir a duas vertentes políticas opostas. Por um lado, questiona-se a validade da participação nos processos eleitorais; por outro, lado descarta-se a possibilidade histórica de uma mudança radical da sociabilidade regida pelo capital. A primeira conduz, de um reformismo arraigado a um esquerdismo inconseqüente, num movimento pendular bastante conhecido. A segunda vertente transforma o reformismo «radical» em «conservador», sob o argumento de que as derrotas eleitorais teriam «demonstrado» a inviabilidade de projetos mais à esquerda.

Nesse clima e nesse contexto, o debate entre Badiou e Rocha é um subsídio da maior relevância. Ambos os autores possuem em comum uma profunda insatisfação com a forma atual da militância dos revolucionários, e ambos concordam que ela, no seu conjunto, perdeu a perspectiva da superação da ordem burguesa. Como reverter esta situação? Badiou propõe uma nova concepção de revolução, um cerco do Estado a partir do seu exterior, e seu aniquilamento sem passar por mediações estatais. Rocha situa o problema no plano de elaboração de uma estratégia revolucionária. O problema não estaria na participação nas lutas institucionais, mas sim na ausência de uma «estratégia revolucionária global» que orientasse essa participação no sentido da construção de uma contra-hegemonia. As diferenças práticas imediatas entre as propostas dos dois autores não poderiam ser maiores, e um dos méritos da polêmica é explicitá-las com uma honestidade exemplar e rara nestes dias.

Enquanto texto marcado pelos impasses práticos e teóricos que vive o movimento revolucionário (tomado aqui no seu sentido mais amplo e, por isso mesmo, impreciso), permeado pelo *Geist* de nossa época, ele é também um representante de rara qualidade do estágio em que nos encontramos nessa área. Para aqueles que, de um modo geral, se aproximam das posições de Badiou, o «abstencionismo» a elas inerente é uma faceta que demonstra a fragilidade e o formalismo de seus pressupostos. Para aqueles que se aproximam das posições de Ronald Rocha, resta o enorme desafio da descoberta de como, na ausência de uma estratégia global revolucionária, e mesmo na impossibilidade de sua elaboração a curto prazo, evitar que a

participação institucional seja mera mediação da «domesticação» dos militantes socialistas à ordem burguesa.

Enfim: um texto vivo, que não se esconde na (má) teoria para evitar as dificuldades em desvelar o real, que enfrenta as divergências sem complacência e que trata do nó górdio que confronta os revolucionários neste final de século: como militar em tempos de contra-revolução.